

A mulher na história: de deusa a serva

Nelson Mello e Souza 
Ex-Chanceler da Universidade Estácio de Sá;
Membro da Academia Brasileira de Filosofia.

A partir da Grécia clássica, os estudos históricos tomaram corpo e relevância. Dominaram a inteligência do Ocidente. Mas neles não se logra perceber o devido destaque ao papel das mulheres como participantes do poder social. A mulher permaneceu na sombra. Quando muito, ela vem merecendo espaços mofinos na periferia das narrativas, com certo teor de gentil complacência. A história, escrita pelos homens, tem sido a história dos homens.

O fenômeno revela a força dos interditos sociais. Na arquitetura dos preconceitos, eles têm logrado erguer blocos de misoginia evidente, marca ontológica das sociedades patriarcais. Antes do domínio dessas grandes civilizações, é possível perceber diferenças marcantes na posição das mulheres.

Sabemos que as civilizações patriarcais são tardias. Surgem com a propriedade privada, criando uma ordem marcada por rígidas estratificações e valores misóginos. Sua origem esfumou-se nas sombras de um passado sem registros confiáveis. Mas sabemos que o fenômeno decorre das mudanças geradoras do início da agricultura. Delas nasceu o que se pode verdadeiramente chamar, embora a adjetivação pareça absurda, em se tratando do Neolítico, de a Era Moderna.

O qualificativo assusta quando aplicado a fases da Pré-História. Mas justifica-se sociologicamente. A agricultura deu início a transformações sociais articuladas em cadeias de inovações necessárias, originando mudanças radicais. A resultante rompeu com o passado milenar caçador-coletor, seus costumes e tradições, tornando irrelevante a sabedoria antiga ante o novo que surgia no cenário derivado da “economia agrária”. Daí a validade da adjetivação proposta.

O início dessa era, portanto, foi marcado por dialética própria. É possível indicar, sem grandes precisões, que ajustes, ante a realidade das inovações, foram se acumulando. O todo teria de se adaptar institucionalmente, para que fosse possível a correta absorção social da agricultura.

Sem margem para grandes erros, pode-se afirmar que sua consolidação já é evidente em torno do ano 6000 a.C. Nessa época, as inovações revelam sua consistente assimilação institucional. Nas cidades emergentes, a sedimentação das novas formas de vida decorre do fato de serem centros de produção, culto e comércio. Fenômeno inusitado no passado tribal do nomadismo caçador-coletor.

Essas formas arcaicas de organização social e retardo tecnológico continuavam a existir, mas vinham sendo colocadas, e cada vez mais, à margem da história.

A posição da mulher

A posição social da mulher, nessa sociedade sedentária e urbana nascente, sofre algumas alterações que veremos com mais detalhe pouco mais adiante. Tendo logrado destaque evidente, no tipo de vida tribal de fins do Paleolítico, a mulher, no patriarcalismo em formação, foi tendo seu *status* abalado pelas mudanças institucionais. Tudo vai se consolidar na etapa seguinte do desenvolvimento social, a chamada Era do Bronze. Nela, já nos parece evidente a corrosão de seu antigo *status*.

Ele foi sendo ajustado às mudanças inerentes ao funcionamento da economia e às necessidades da guerra. Era um novo sistema de vida. A resultante no tempo foi o desmonte, peça por peça, do corpo de valores que sustentava o chamado “princípio feminino”. Conjunto de valores que havia orientado o equilíbrio social de tipo comunitário, nos pequenos aldeamentos do Paleolítico médio.

Havia certo pragmatismo nessa antiga forma de organização, já que a luta pela sobrevivência e a divisão do trabalho social dela decorrente exigiam a participação ativa da mulher. De um lado, eram imperativas articulações sociais que garantissem a continuidade das gerações e a sustentação da prole; de outro, havia necessidade de apoio ao caçador ferido na lida da caça, além do importante esforço diário da coleta de frutos, madeira para o fogo e legumes úteis. Competiu à mulher essas responsabilidades. Por isso, foi logrando consolidar papel de relevo na dinâmica social dessas primeiras culturas.

“Princípio feminino” é o nome de um tipo de ordem social regida pelos valores que se vinham formando em torno do destaque dado ao papel social da mulher. Daí a reverência a ela prestada pelos cultos primitivos. Afinal, numa época em que o papel masculino no processo reprodutivo ainda não era bem entendido, a mulher era vista como geradora e sustentadora da vida.

Há muitas evidências de fabulações, mitos, lendas, crenças e atitudes práticas concebidas em torno do “princípio feminino”. Pode-se constatar o fenômeno na arqueologia da estatuária e das representações simbólicas que o arcano pré-letrado nos revela. Principalmente no conjunto de estatuetas de pedra ou de terracota que lograram vencer o tempo. Todas representam figuras femininas do Paleolítico, como a gestante desnuda de Willendorf, uma das mais famosas e antigas. Estima-se que teria sido composta em torno de quinze mil anos atrás. Hoje, esse símbolo do mistério reprodutivo pode ser visto no Museu de História Natural de Viena.

Embora a arte das esculturas em pedra tenha sido, provavelmente, obra de homens, devido à força necessária ao deslocamento, entalhe e tratamento desses blocos, é notável não existirem nessa arte representações de figuras masculinas. O fato significa ter sido tardio o princípio masculino como objeto de reverência. O máximo a que se chegou foi o homem exprimir os cultos coletivos de devoção ao mistério da natureza, como Stonehenge, por exemplo, ou dos acasos da caça, como na arte lítica, tal como a vemos nas cavernas de Altamira, Trois Frères e Lascaux.

Todos eles, no entanto, têm a mesma função social: a reverência coletiva ante o mistério do Ser. Justamente por isso, um de seus objetivos foi conferir relevo metafísico ao papel social e existencial da mulher.

O outro lado da equação é entender nesses cultos a consciência da necessidade de complementação dos esforços, pela divisão de trabalho entre os gêneros, além de revelar um dado psicológico da humanidade: o respeito ao mistério da natureza e da continuidade das gerações, ganhando expressão na simbologia que o define.

Não é por outra razão que o princípio feminino resistiu até mesmo à gênese do Neolítico, com o início das civilizações agrárias. A mulher ainda continuou, por longos séculos, a ser objeto de culto. O único dado novo foi a adição de símbolos agrários, relacionados com a terra divinizada e a fertilidade redentora, símbolos inexistentes antes da “agricultura”. Surgiram pela necessidade de novas respostas sociais exigidas pela dependência da terra e de sua fecundidade.

No passado caçador-coletor, o “princípio feminino”, representado em figuras como a referida “Vênus” de Willendorf, fora simbolizado pela figura da lua, que regula os ciclos menstruais, além de ele estar relacionado ao aconchego protetor das cavernas escuras, imagem da genitália feminina nas cavernas maternas que abrigavam a tribo. O ajuste à economia agrária ampliou seu simbolismo. Passou a exprimi-lo em correlações que destacassem as peculiaridades do novo estilo de vida, dando à mulher expressão ampliada. Surge a expressão artística e metafísica característica das imagens ligadas à germinação misteriosa das sementes na terra, às cavidades úmidas, aos fossos misteriosos, a certas frutas, como os figos rugosos e rubros por dentro, as uvas que embriagam quando fermentadas, às maçãs vermelhas e sedutoras. Os povos à beira-mar elaboraram sofisticada simbologia a partir das conchas que escondem sons e cores sutis.

Lembremos que Botticelli concebe o “Nascimento de Vênus”, inspirado talvez em antigos afrescos de Pompeia, a partir de uma grande concha, da qual emerge a deusa já feita e pronta. Esse gênio

da Renascença conhecia o imaginário mitológico. Acompanhar seu conselho nos ajuda a entender aspectos soterrados da psique humana.

O “princípio feminino” também tem sido expresso sob outro ângulo. Louvando a continuidade da vida, foi associado aos processos eternos de geração e regeneração das coisas. Dentro desses processos, como os festivais da primavera, estavam os ciclos das estações e a periodicidade das épocas de plantio e de coleta. Sendo repetitivas, previsíveis, constantes, tornaram-se sagradas. Sacralizar o “princípio feminino” foi a resposta possível à mente primitiva, curvada em reverência ante o mistério das forças naturais.

Sua contraparte seria o “princípio masculino”, associado, no processo do pensamento mitológico, ao lado racional, solar, ativo e confiante do trabalho humano. Força interior que domina os desafios, vencendo monstros e dragões, pântanos, desertos e abismos.

Gaia, deusa da terra sombria, e Apolo, deus celeste e luminoso da coragem e da força, formam o par de figuras divinas que, com nomes diversos, veio permeando o sentimento religioso de muitas culturas existentes. Nesse formato dual, incorporou-se ao *folklore*.

Refletir sobre a formação da ordem social, portanto, assinalando a gênese e a existência duradoura do “princípio feminino”, é refletir sobre as transformações históricas no *status* da mulher, para entender o desenvolvimento das instituições humanas com seus traços espirituais.

O mínimo que se pode dizer é não ter sido fácil. A referida ausência de textos e documentos escritos na longa fase ágrafa da cultura humana envolve tudo em penumbras. Caminhamos de modo tateante, enfrentando vultos mal definidos, fatos despedaçados, verdades que carecem de consistência real. Não obstante, pela interpretação dos

mitos, do revelado na origem das religiões primitivas, tentando desvendar o significado expressionista da arte lítica, tem sido possível dar forma aceitável aos dados precários que a paleontologia, a arqueologia e a antropologia deixam à nossa disposição.

II

Os pontos de origem

Tudo veio a se constituir na vida dos milênios esticados do Paleolítico, pouco antes do que estamos chamando de “Era Moderna”. Relacionada à agricultura, essa era é recentíssima. Se recuarmos um pouco mais no tempo imenso, notaremos como as pesquisas desse arcano misterioso logram revelar ter sido outra a forma como as sociedades “pré-humanas”, ou “pré-culturais”, sempre trataram o gênero feminino.

Pode-se sintetizar o fenômeno indicando que a mulher chega à posição de proeminência lograda no Paleolítico médio, pelo menos em numerosas culturas, depois de longo percurso existencial, sinuoso e complicado. Os poucos dados disponíveis permitem entrever sua extraordinária odisséia, de fêmea disponível a deusa reverenciada. Assim como também nos mostram, em sua continuidade, a passagem do rubicão existencial que a levou, na modernidade civilizatória da agricultura, de deusa à serva do homem.

Vale a pena seguir essa jornada.

A descoberta dos sítios de sepultamento do tempo dos neandertalenses revela evidências inestimáveis para se entender a origem do processo. São todos decorados. Lá estão dispostos, de forma harmoniosa, flores, instrumentos e utensílios de uso. Não parece ao estudioso que sua de-

coração tenha sido obra do bruto caçador. O mais provável, inclusive pelo detalhe das flores, é haver sido obra da mulher, cuja função social relevante, já entre os neandertalenses, a tornava responsável pelos ritos do sepultamento e pela decoração dos locais. A mulher era bem mais competente que o homem caçador para exprimir e interpretar, em pequenas sutilezas, a força capaz de intermediar o impulso para a vida, com a desejada conquista da eternidade.

O fato nos mostra, portanto, que já entre os homens de Neandertal, em torno de bem contados 150.000 anos a.C., o princípio feminino havia começado a tomar forma. Destaca uma primeira cisão relativamente ao que houvera “antes”.

Esse “antes” é decisivo. Refere-se à longa fase evolutiva da espécie, anterior ao que a fez “humana”. Convenhamos, falar dos homens de Neandertal é conceber, em termos de visões de mundo, uma época já “plenamente humana”. E, justamente por ela ser plenamente humana, o papel da mulher vai nela ganhando destaque evidente. É aceitável imaginar, em viagens retrospectivas pela história da evolução, que custou muito à espécie chegar a ela.

A suposição dos milênios anteriores ao *homo sapiens* e aos seus primos neandertalenses pode ser entendida como o cenário multimilenar de formas de homínídeos. Vivendo em bandos errantes, comunicando-se por sinais, gritos e gestos, porque ainda afásicos, sintetizavam formas de existência pré-humanas. Desse longo período, há poucos registros fósseis. Mas um ponto é decisivo, “a afasia”, para situá-los como pré-humanos. Não existem evidências que indiquem nele haver surgido a fala, transformada em linguagem simbólica.¹

Certo admitir, portanto, que nesse arcano escondido por milhões de anos, não poderia haver nenhum “princípio feminino”. A fêmea,

submetida fisicamente pela força, não passava de um apêndice do grupo, sendo ela destinada a cuidar e a nutrir a prole, além de atender à necessidade sexual do macho, porque elas não passavam de “fêmeas”. Naqueles tempos, era difícil conceber a figura da mulher, pois tudo dependia da resistência física, da força bruta dos machos da espécie, que agiam por instinto animal de sobrevivência, em astuciosas articulações coletivas para a caça em grupo. A vida dependia disso.

Aceitamos a adjetivação de “solitária, embrutecida e breve”, usada por Hobbes, para definir esse tipo animalesco de existência a que se denominou “estado da natureza”.² Nessa longa fase, o predomínio físico do masculino e o tosco de uma mente ainda animal nos estimulavam a perceber o tratamento da “fêmea” num estilo de relacionamento marcado pela força e pelo repentino das subjugações violentas. Viável imaginar que os acasalamentos voluntários e pacíficos não tenham constituído o tipo de relação sexual predominante.

Graças às pesquisas já aqui referidas, tem-se constatado que a situação foi-se alterando ao longo de um tempo esticado, cuja duração é de estimativa imprecisa e desanimadora. Tempo de alterações biológicas significativas da espécie e de algumas respostas criativas, estimuladas pelos desafios da existência na dinâmica da caça. Notam-se, ao longo de eras sucessivas, aperfeiçoamentos de armas e instrumentos de pedra, além da domesticação do fogo e seu uso para proteção e cozimento da carne. Importante também é a regulação da coleta organizada de frutos e legumes. No escuro ignorado desses tempos, pode-se perceber, em milênios de transformações graduais, certa diversificação de funções e algo próximo a uma divisão do trabalho por gêneros. Destarte, as coisas foram se alterando.

Com a gênese da “cultura”, dialeticamente viabilizada pela linguagem simbólica, a evolução da espécie ganhou aceleração evidente. Mircea Eliade nos diz que o homem surge nessa época, quando a religião o faz humano pela consciência da morte.³ Pode ser. O mais aceitável, no entanto, é relacionar sua gênese com o papel dinâmico da linguagem, expressa nas formas culturais de transmissão dos conhecimentos. Antes da linguagem, o que havia eram bandos dispersos de “hominídeos”.

Impossível precisar quando e onde surgiu a linguagem simbólica. É viável, no entanto, indicar ter sido esse espantoso fenômeno coetâneo do surgimento do “homem”.

A linguagem simbólica tem significado profundo. É tipo altamente complexo e totalmente original de processo comunicativo. O “homem” não o divide com nenhuma outra espécie de animal. Inexiste mesmo na forma evoluída do hominídeo já ereto. Devido a ele, viabilizaram-se formas diferenciadas de organização coletiva que se constituíram no arcabouço das culturas originais, com o decorrente encadeamento histórico do conhecimento adquirido entre as sucessivas gerações. Ao que tudo indica, o envolvimento, no tempo, dos diversos grupos em torno do conceito de “sagrado”, que Mircea Eliade vê como “origem” do homem, parece haver sido processo decorrente, surgido do medo e do assombro, além de necessário para conservar a ordem social, consolidar costumes e envolver as tradições numa aura de respeito.

O fato de não nos ser possível definir, com grau de precisão aceitável, a fase histórica e o lócus específico desse derivado estratégico da linguagem simbólica que é a “cultura humana”, não invalida a observação de ser a formação da cultura a origem da “humanização”.

A polêmica sobre o fenômeno tem levado a debates sem fim. Na linha dos que admitem a “cultura” como subproduto da linguagem,

Lévi-Strauss a vê, corretamente, como nós também a vemos, como a origem da espécie *homo*. Por isso, considera os neandertalenses, anteriormente referidos, tipos já pertencentes à nossa espécie, por ser fato evidente serem dotados de linguagem simbólica. Ou seja, eles já são outro tipo de “ser”. Sua observação sublinha o grande salto dado, da vida hobbesiana, aqui referida, para a social humana, por meio da “cultura”, admitindo que os neandertalenses não mais viviam no estado da natureza e, sim, no da cultura.⁴

A única relativização ao afirmado é sua expressão “provável conhecimento da linguagem”. Ela é claramente inadequada. Porque, “evidentemente”, nada havia de “provável” no conhecimento da linguagem entre os neandertalenses. Ele tinha de ser admitido como “certo”. Sem a linguagem, impossível admitir a transmissão do conhecimento acumulado, isto é, a “cultura”, o que torna igualmente impossível o registro social das experiências bem-sucedidas para aperfeiçoar instrumentos, ou o que Lévi-Strauss chama de “indústrias líticas”. Tampouco poderia surgir e consolidar-se socialmente a referida prática dos ritos funerários sem o pensamento metafísico, pensamento que só pode desenvolver-se se devidamente articulado pela linguagem, dentro de cada “cultura”.⁵

Outra conclusão se impõe. Se entre os homens de Neandertal, espécie ainda tosca, já é concebível esse tipo de evolução, algo ainda mais expressivo devia constituir a realidade de nossos ancestrais diretos, o *homo sapiens* do Paleolítico. Sabemos que eram tecnologicamente mais avançados, razão pela qual acabaram eliminando os neandertalenses na luta por espaços de caça, na primeira “limpeza étnica” da história.⁶

Por isso, não me parece nenhum desacerto afirmar que a produção da cultura e a comunicação pela linguagem simbólica distinguiram o homem do bruto, o ser humano do simples animal, dando início à

transformação gradual da “fêmea” disponível em “mulher” cooperativa e protetora. O fato colaborou, de forma decisiva, para formar a nova ideologia do “princípio feminino”.

III

O Matriarcado

Tudo porque, nessa fase do processo evolutivo da espécie, surge um tipo novo de relacionamento entre os sexos, tanto na divisão do trabalho quanto nos valores religiosos. Vai se configurando a posição especial da mulher, porque nessa fase já se pode falar de “mulher” e não de “fêmea”. A ponto de alguns desses sistemas sociais serem classificados como “matriarcados”. O termo é proposto desde 1861 pelo suíço Bachofen, para rotular formas de organização social concebidas em torno da mulher e de seu poder polimorfo.⁷

Importante notar: “matriarcado” não significa dominação feminina, mas, sim, um sistema social que reconhece a duplicidade interligada do ser humano e a função estratégica da mulher. Não há dominação de um sexo sobre o outro; o que há é divisão de tarefas de acordo com as suas determinantes biológicas. A mulher concebe, gera, nutre e sustenta a cria em cuidados demorados. Necessita de proteção social. A caça, como atividade regular, diária e desafiante, não pode ser a ela confiada. Ademais, carece da necessária força física. Seu papel terá de ser outro. Passa, então, na economia da tribo, a dedicar-se à coleta de alimentos e ao preparo de couros e peles. O homem, como responsável pela caça, pode ausentar-se por longos períodos, além de construir em pedra e madeira as armas mais adequadas, manejando-as, em habilidades aprendidas, com precisão e destreza, para garantir o suprimento da carne do

qual dependem todos. Além de seus subprodutos, os ossos e as peles que as mulheres vão curtir. Compete ao homem também as tarefas da defesa contra eventuais ataques de grupos estranhos. A divisão do trabalho social segue, portanto, linhas biológicas, sem conotações de valor. Tudo é importante para a sobrevivência do grupo.

O matriarcado caracteriza fase avançada, na qual as transformações ocorridas ao longo de milênios motivaram a organização de relacionamentos poliândricos como forma de regular os emparelhamentos sexuais e melhor garantir a sustentação da prole. Inteiramente superadas foram as subjugações violentas do passado animalesco.

Sabemos ser a poliandria um sistema em que cabe à mulher e não ao homem papel decisivo na escolha dos parceiros, bem como na organização das relações de parentesco. Numa sociedade de riscos, com alta taxa de mortalidade e aleijão dos caçadores, a responsabilidade teria de ser coletiva, ou os infantes ficariam descuidados. Dominante foi o fato obscuro de só a mulher ser a responsável pela reprodução da espécie. O potencial milagroso do sexo não parecia bem captado, dando-se ao homem papel secundário. Por tudo isso, nos sistemas matriarcais, cabia ao coletivo garantir esse potencial.

Nessas sociedades, “identificar o verdadeiro pai era irrelevante”. Predominavam formas de parentesco pela linha materna. O que importava era a geração da prole, com seu gosto de eterno no desdobrar das gerações, dádiva feminina, garantida pelo sexo coletivo. Só a mulher encarnava o mistério que nele se continha.

A saga histórica da “mulher”, portanto, tem início com a humanização da espécie e sintetiza os mistérios da psique, quando reflete impulsos da energia erótica. O fenômeno desenvolveu-se em milênios para fixar-se, finalmente, em quase todas as culturas.

Notemos que o ulterior culto da deusa, dominante entre os mitos do período grego chamado de “clássico”, nunca foi, originalmente, um culto da fertilidade da terra e dos ciclos naturais de semeadura e colheita. Sua existência vem, como vimos, com os impulsos que orientaram a concepção das deusas do Paleolítico. A agricultura inexistia e inexistente continuou a ser em todo o larguíssimo período de caça, pesca e coleta, que perdurou até os tempos finais do Neolítico. O culto da deusa, portanto, tem outra justificativa. Parece haver sido parte do assombro ante o mistério da geração humana e do tempo que a consome do berço ao túmulo. Por milhares e milhares de anos, foi um exercício de cosmogonia e filosofia existencial. Acima de tudo, de “objetividade” elementar e instintiva, porque, sem a mulher, não haveria a continuidade das gerações. Parece correto aceitarmos que o “princípio feminino” foi um derivado do culto à vida.

A grande revolução da agricultura, produzida pela articulação criativa do trabalho coletivo, deveu-se à observação sobre a gênese das plantas. O grupo que com elas convivia na coleta era o das mulheres. Foi, portanto, devido à capacidade observadora da mulher, em processos compreensivos cada vez mais refinados, que se desenvolveu o conceito de “semente”. O fato favorece o domínio do processo reprodutivo das plantas. Mais ainda, a familiaridade milenar com o fogo, em época de maior recurso tecnológico, acaba tornando possível realizar as combinações aleatórias complexas das quais nasceu tanto a metalurgia quanto a cerâmica. Outro trabalho feminino, uma vez que metalurgia e cerâmica dependem do conceito de “forno”, assim como a agricultura depende do conceito de “semente”. E esse conceito novo só pode surgir depois de ensaios e erros da parte de quem com o fogo convivia e dele cuidava, o seja, a mulher.

Razoável supor, concluindo esta parte, que todo esse “espantoso avanço civilizatório foi obra das mulheres”, realizando sua parte na divisão do trabalho social. Mesmo no processo de domesticação dos animais, supõe-se ter sido forte a contribuição das mulheres, principalmente no que se refere à domesticação do cão, da cabra, do porco e do carneiro, já que o caçador preocupava-se em abater a presa para alimentar a si e ao grupo, jamais em mantê-la viva. Metidos nas selvas na busca diária da caça, tendo de se mover rapidamente para lá e para cá, não tinham tempo para cuidar de um animal. Por outro lado, é aceitável supor que os valores do caçador não o estimulavam a dedicar-se à domesticação.

Na divisão do trabalho de todo esse longo período já “humano”, o papel da mulher foi decisivo. Já notamos sua parte como coletora de plantas, raízes, madeiras, frutos e legumes, atividade que vinha do Paleolítico. Havia outro papel decisivo. A mulher teria de ser a “provadora” dos vegetais para determinar sua utilidade. Por tudo isso, a mulher foi-se entendendo com esse mundo natural. Estima-se que o resultado da coleta respondia por cerca de 60% a 70% do provimento de alimentos nas sociedades caçadoras e coletoras.⁸

A adoração da mulher, sob a forma de deusa tinha, portanto, base pragmática real. Necessariamente, seu conhecimento as transformou nas curandeiras tribais, de quem todos dependiam.

Até hoje, o fenômeno persiste em seus traços básicos, nas crenças populares, com a mulher ainda exercendo, no segredo recluso dos terreiros, o papel carismático de “mãe de santo”, “conselheira”, “curandeira”, “rezadeira”, “quiromante”, de cuja sabedoria o crente passa a depender.

Pouco antes nos referimos à mulher como provadora dos vegetais. É óbvio. Para distinguir as ervas curativas das venenosas, as mulheres

teriam de prová-las primeiro, correndo riscos fatais ao fazê-lo. Sem provas e experimentos práticos, impossível distinguir o útil do perigoso. Experimentos, num caso como esse, todos nós sabemos, envolviam perigos absurdos. Mas não havia opção. Selecionar as plantas alimentícias e as úteis para curas só poderia se dar mediante ensaios e erros. É de se admitir as numerosas mortes por cólicas, desacerto gástrico, envenenamento e infecções intestinais. A herboterapia é uma grande e penosa aventura, uma conquista do passado, mas foi, sem dúvida, herança da audácia feminina.

Também podemos admitir como provável ter sido a massoterapia uma dádiva da mulher e de seu empenho especulativo, com o objetivo de apoiar a vida do caçador e do guerreiro.⁹ Foi elemento fundamental para os cuidados e eventualmente a cura de torções musculares, desacertos lombares e ferimentos de caçada. Além de ser debitada à habilidade, ao cuidado e à paciência das mulheres, a prática curativa de fraturas que ocorriam como parte normal desse tipo de existência.

Mais ainda, não se questiona terem sido originalmente as mulheres as inventoras dos primeiros instrumentos produtivos, além de cuidarem dos rituais protetores, participando das práticas xamanísticas. “Perfeitamente lógico, nestas circunstâncias, o culto à deusa.”

Em razão de sua reconhecida importância social e de suas funções como sustentadora e continuadora da vida, as práticas da sexualidade coletiva nada tinham de pornográficas e, sim, de necessárias. Atravessou os tempos, superou sua própria razão de ser, tornando-se culto mantido, em respeito ao princípio feminino, até mesmo nas épocas avançadas do patriarcalismo urbano. O culto às deusas se manteve como prática religiosa fundamental, tornando-se base para certos aspectos das religiões antigas. A chamada “prostituição sagrada”

era variante desse temor reverencial. Foi mantida em muitas transfigurações, como prática religiosa da hierogamia, especialmente nas sociedades sumerianas, como a babilônica. Aparentemente, entre as grandes civilizações, só mesmo a egípcia não a praticou.

A hierogamia, como prática sexual sagrada, era realizada por sacerdotisas do templo. Como costume altamente complexo em sua visão transcendente da vida, conservou-se por milênios. Na florescente cultura grega, já em seu pleno período racionalista, ainda o vemos nos cultos de Dionísio e, principalmente, em Corinto, com sua grande festa anual, a *Hiera Porneia*.¹⁰ Notemos que *porné*, de onde nos vem “pornografia”, era termo neutro de valores. Representava o relacionamento sexual entre desconhecidos.

Havia, portanto, um sentido cósmico nessa relação, traduzido na sacralidade do sexo.

V

Transformações do Patriarcalismo

Na economia agrária, que finalmente vai complementar e eventualmente substituir a fase milenar caçadora e coletora, consolida-se a transformação que pode ser considerada historicamente decisiva. Tudo o mais dela decorre, em espantosas acelerações do tempo.

A terra cultivada garantia o alimento. Mais que isso, garantia o suprimento das matérias-primas, tanto vegetais quanto minerais, indispensáveis ao artesanato elementar das armas, das construções e dos utensílios necessários.

A dinâmica do sistema passou a exigir a defesa da produção contra os predadores nômades. A sustentação do processo acabou dependendo da força do guerreiro. A exaltação dessa força parece um desdobramento normal. Como antes se exaltara a mulher geradora, a coletora, a artífice e a curandeira, agora se exaltava a força do guerreiro, da qual dependia a vida de todo o grupo.

Com o tempo, foi inevitável a participação maior do guerreiro na apropriação desigual do produzido. A riqueza da terra, cobiçada pelos nômades, foi a fonte do seu poder social, transformando-os, necessariamente, em formuladores das decisões estratégicas e líderes tribais. Coube a eles ocupar posições de mando.

Pouco a pouco surgiram instituições legitimadoras desse processo, garantindo um direito que já existia de fato, isto é, a apropriação dos excedentes pelos guerreiros. Esse segmento social tinha de ser poupado da produção direta, sendo sustentado pelo esforço coletivo dos outros. Seja como defensores da terra cultivada, seja como conquistadores de novas terras e gentes, os guerreiros acabaram se impondo.

Nessa imposição, com o conjunto de valores que a legitimava, pode ser identificado o início do fim do antigo relevo social das mulheres. Agora, os personagens centrais e decisivos da vida social eram os homens jovens e fortes, cultores da coragem, da subjugação dos derrotados e do domínio sobre os escravizados. Os valores foram se consolidando em torno dessas novas funções.

Na vida social, sendo treinados pelos mais velhos, de quem recebiam instrução sobre a guerra e a vida, uniram-se em segmentos naturais. Aprendizes, mestres e xamãs, passaram a constituir, como homens, o grupo dominante.

O instituto da escravidão foi uma variante trágica. Consolidou a rigidez da estratificação social que já começava a se tornar real, para garantir e ostentar o privilégio adquirido. Tudo elevava o papel do masculino, da força, da capacidade de organização e de combate, do construtor de defesas, do responsável pela ordem da nova coletividade urbana. Marte superando Ísis e Atena, como protetor das cidades; Apolo superando Dionísio, como o grande articulador da ordem racional.

O homem organizou seu papel estratégico, de modo definitivo, por meio de uma instituição completamente nova: o “Estado”. O Estado surge para regulamentar a ordem interna, legitimando a distribuição desigual do poder e as formas de hierarquização social, todas elas privilegiando quem comandava o sistema, o dono do poder decisório, “o homem”.

Tudo o mais vem em sequência, inclusive o domínio das fontes de trabalho. Aos homens competia, por sua maior facilidade de deslocamento, por sua biologia indiferente à gestação, realizar as viagens de busca de produtos, comandando as tarefas do comércio. Mudaram muitos papéis. Criaram-se novos. No patriarcalismo, o homem passou a ser o centro de valores positivos.

Não parece difícil observar que segmentos sociais hierarquicamente desequilibrados, com funções diferenciadas, tiveram influência decisiva no relacionamento sexual, provocando toda uma seqüela sociológica de ajustes necessários. Tudo porque a nova sociedade patriarcal, já baseada no instituto da propriedade da terra, agora em mãos das elites masculinas de poder, tornava “necessário precisar quem era o pai. O que antes era irrelevante agora passava a indispensável”.

Sem essa garantia, não seria possível a transmissão adequada da propriedade adquirida. O fato exigia identificar quem receberia a riqueza, para que tudo fosse preservado pela família de quem a conquistara.

Necessariamente, as relações sexuais teriam de ter outro sistema regulamentador. O sexo coletivo e anônimo não poderia mais ser mantido. As últimas ressonâncias que ainda se sustentaram por algum tempo, como vimos anteriormente, foram sob a forma ritual de culto, em épocas precisas e curtas, prática que ainda alimentava a memória sagrada de um passado perdido.

No novo sistema, era indispensável a ligação exclusiva da mulher a um único homem, ou não se saberia de quem era o filho. O casamento, com sua legitimação sagrada, tornou-se a base da família nuclear, a forma de se evidenciar essa identificação. A mulher foi passando por uma série legitimada e crescente de interditos.

O conceito de exclusividade sexual do homem acabou aceito como definitivo. Não se exigia reciprocidade estrita, porque a promiscuidade do homem era fenômeno sem consequências para garantir a transmissão dos bens adquiridos ou conquistados. O importante era o afastamento da mulher de qualquer oportunidade de relacionamento sexualmente promíscuo.

Da propriedade privada, surge o *oikos*, como os gregos denominaram a grande casa e a terra cultivada sob seu domínio. A clausura da mulher se fez necessária como gerente doméstica, guardiã do nome, da prole, da riqueza familiar, a dirigir os seus escravos, enquanto o homem se voltava para a política, a guerra e o comércio, organizando a escravaria do trabalho externo e duro, nas minas, nas obras e nas terras, seja diretamente, seja, mais adiante, mediante prepostos gerenciais e feitores contratados.

A restrição dramática nos direitos políticos da mulher foi decorrência disso tudo. O espaço público e suas instituições foram se tornando parte integrante do papel estratégico do poder masculino.

Inevitavelmente, a mulher teve seu destino atingido por uma série histórica de escorregões sucessivos na direção das sombras sociais. Legitimou-se seu papel secundário. Também foi inevitável o surgimento gradual de nova estrutura de valores, decorrentes da idealização do “herói” e das formas em que se ia consolidando o tipo de relacionamento próprio a esse estilo de vida social. Valores que, com o tempo, teriam de acumular, necessariamente, doses crescentes de misoginia, por ser imperativo legitimar as novas funções e os direitos do homem.

Penélope, símbolo dessa redução social da mulher casada, permanecia tecendo e fiando, na solidão de sua casa, e Ulisses, como exemplo masculino do guerreiro e aventureiro, curtiava suas aventuras da guerra, das viagens por terras estranhas e dos amores de mulheres livres e sedutoras.

Formou-se uma superestrutura ideológica para sustentar a desigualdade de tratamento, superestrutura que sublinhava as diferenças físicas, fixando-se um paralelo desconfortável para a mulher.

Acabou extensivo à sua capacidade intelectual. A mulher passou a ser vista como um ser inferior, carente de proteção masculina, seja do pai, do irmão ou do marido. A nova condição da mulher foi legitimada pelas leis, pelos costumes e pelas tradições criadas em torno do instituto do casamento.

Embora essa nova instituição, que unia em destino comum a família e a riqueza, com todos compartilhando as circunstâncias da vida, criasse laços afetivos que superavam, em muito, os limites das necessidades sexuais, tornando a família o centro de uma dinâmica afetiva antes

inexistente nas relações comunitárias, é inegável o predomínio do princípio masculino.

A obediência da mulher ao homem tornou-se tradição respeitada, atingindo a todos, entre os quais os membros das classes que não eram proprietárias de coisa alguma, a não ser de sua capacidade de trabalho físico, como os proletários das cidades e os lavradores dos campos. Tratava-se de um novo conjunto de valores, sacramentados pelo templo, assimilados como lei pelo Estado, legitimado como costume obedecido pela sociedade.

Com o tempo, as próprias mulheres, submetidas desde o berço ao processo adaptativo e educativo de suas novas funções restritas, já plenamente adaptadas pela família às regras da pureza sexual imposta, passaram a guardiãs, até ferozes em sua intransigência casta, do princípio masculino e da misoginia dominante.

Não foi rápido nem súbito o desenvolvimento dessa forma de ver o mundo, a sociedade e o papel econômico dos sexos, na divisão do trabalho social. Essa visão de mundo necessitou de alguns séculos para se impor definitivamente, a ponto de as primeiras cidades rudimentares ainda revelarem presença importante da mulher no centro do poder social. Mas, em todas elas, o novo instituto relacional da sexualidade, legitimado pelo casamento consolidava elenco de valores de perfil masculino.¹¹

Já nas primeiras narrativas que nos ficaram, como o Código de Hamurabi, o épico de Gilgamesh e, bem mais adiante, os textos do Velho Testamento hebraico, evidencia-se a predominância do masculino.

Sob o ponto de vista do *status* social da mulher, portanto, não parece impreciso dizer que foi justamente a agricultura e a metalurgia, para-

doxalmente frutos de seu engenho, o fato decisivo para a passagem trágica do seu poder sagrado à irrelevância profana. Com essas inovações, a mulher cometeu verdadeiro suicídio social.

A instituição do Estado, unido ao templo, constituiu-se no centro da ordem legitimada e do poder concentrado. Os escravos, recrutados entre os derrotados nas batalhas, formaram a base da força de trabalho. Guerreiros, comerciantes e líderes políticos necessitavam tempo para aperfeiçoar suas habilidades. Seu afastamento dos rigores do trabalho físico era um imperativo social. Especialmente o comércio, basicamente o de longa distância, era atividade que levava a uma vida de viagens perigosas. Impossível aos mercadores, metidos em suas caravanas por meses, dedicarem-se ao trabalho físico de construir cidades, lavar e semear a terra.

Por outro lado, o artesanato, indispensável para a produção de bens de consumo, tornou-se atividade dirigida ao mercado, não mais ao sustento de atividades sociais comunitárias. O cultivo da clientela, os negócios com o público comprador, os contatos externos, a diversificação competitiva de produtos e, acima de tudo, a especialização técnica de quem os produzia passou a ser atividade masculina, num protocapitalismo rudimentar que já surgia com todas as suas conotações de produção e troca com fins de lucro privado, submetida à organização tributária do Estado.

Com as mulheres reduzidas a tarefas caseiras, foram masculinos os artífices da antiguidade urbana. Usando matérias-primas diversas e produzindo o bronze para espadas, escudos, lanças e punhais, vasos, móveis, sandálias e vestes, bigas de combate, veleiros comerciais e ornamentos diversos, além de quadros artísticos sob encomenda, coube aos homens, envolvidos com clientes e com negociações com desconhecidos, esse domínio da produção.

Devido ao tipo externo de atividade, homens teriam de ser também os construtores e engenheiros das cidades e muralhas, dos templos e palácios. Aos homens passou a ser reservada toda e qualquer atividade que envolvesse contatos externos, limitando dessa forma as oportunidades de as mulheres ganharem a própria vida com seu trabalho. A resultante lógica foi o monopólio completo, pelos homens, das fontes do trabalho produtivo.

Inegável o haver sabido se aproveitar das circunstâncias. Coube ao homem criar os seus próprios privilégios. Dominando as fontes de trabalho, o comércio e a produção para o mercado, controlando o poder do Estado, o exército e o templo, criou o aparato de legitimação, com divindades masculinas, iradas, poderosas, vingativas, além de códigos legais restritivos da ação das mulheres. O mundo que surgia era obra de Zeus, Baal, Yahveh, Marduk e tantos outros violentos deuses masculinos.

O homem teve outra e definitiva sabedoria: soube reservar para si as formas de relações poligâmicas que proibia às mulheres. A rigorosa instituição do casamento, concebida originalmente como exigindo fidelidade recíproca, acabou sendo astutamente contornada pelo homem. Aproveitando-se das condições sociais e econômicas inferiores da mulher, especialmente as prolongadas e sistemáticas ausências do lar, soube complementar seus prazeres. Com exceção do camponês pobre, isolado nos campos e vigiado pela comunidade austera, o homem urbano tornou-se um devasso insaciável. E havia forte contingente de mulheres disponíveis.

O homem soube usar em seu favor pessoal o imenso excedente feminino das disponíveis, das não casadas, das viúvas jovens e abandonadas, das muitas que, por acidentes, tornavam-se órfãs, ou ainda das que nasciam em famílias humildes, dependentes de tudo por não terem conexões sociais válidas.

A presença abundante de mulheres carentes de qualquer apoio econômico familiar, sem qualquer possibilidade de trabalho produtivo, impossibilitadas de ganhar o pão, as expunha a circunstâncias perversas e a dramas diversos. Para sobreviver, não havia alternativa. Tinham de buscar alguma solução no apoio masculino.

Vagando sem família, sem rumo, sem opções de trabalho, na entretela da sociedade urbana e patriarcal, ou se articulavam astutamente com algum homem ou morriam doentes, insanas, famintas e esqueléticas. A forma consagrada pelos tempos foi a de se tornarem prostitutas ou, alternativamente, servirem como concubinas e hetairas.

Mesmo mulheres de certa linhagem e proteção não escapavam de sorte parecida. A instituição do dote comprova o conceito que desfrutavam socialmente. Essa instituição patriarcal é parte da misoginia dominante. Trata-se de forma claramente explícita de compra de maridos em função do conceito dominante de ser a mulher entendida como peso morto econômico. Cabia ao marido sustentá-la, a partir do casamento, substituindo o pai que o fizera até o matrimônio da filha. A mulher, ser desprotegido e blindado pela sociedade em seu acesso ao trabalho, necessitava de alguém responsável por ela. A família se dispunha a ceder parte substancial de sua riqueza acumulada para garantir a concordância do marido. A fim de obter essa concordância, oferecia a base material, o “dote”, com perspectivas materialmente confortáveis para que o jovem esposo se dispusesse a assumir a responsabilidade de sustentar e proteger a mulher que tomava como esposa.

Sem dote, nada feito. O dote, portanto, decorreu do princípio estrutural das relações humanas no sistema patriarcal da propriedade privada, porque nele havia o interdito fatal ao sexo feminino de participar do mercado de trabalho e de obter seu próprio sustento.

Em sua crescente dependência econômica, estava ainda reservado às mulheres outro papel secundário. Era o de acompanhar os exércitos em marcha alongada, quando elas não tinham filhos para cuidar, ou quando, inteiramente sós, achavam-se entregues a si mesmas. Nesse caso, atendiam às necessidades de sexo e enfermagem dos guerreiros, além de preparar os alimentos e ter outros cuidados.

A mulher, definitivamente, nas grandes sociedades urbano-patriarcais, deixou de ser objeto de culto, pois não passava de simples serviçal, ou mesmo de serva do homem.

É bem curioso o fato de não se dar muita importância a esse aspecto do processo de construção da economia agrária, com a consequente formação do instituto da propriedade. Na verdade, essa foi, sem nenhuma dúvida, a marca fundamental de uma era de grandes transformações. Curiosamente, um arguto sociólogo, como Karl Polanyi, reserva esta classificação para aplicá-la, somente, às consequências da revolução industrial moderna.¹² O que é lamentável!

Não se pode negar a complexa cascata de inovações, tanto na produção material quanto nas formas de vida e nos valores, decorrente do “industrialismo”. Mas é, pelo menos, curiosa a negligência em relação a um processo que gerou todo um conjunto de transformações induzidas, até mais profundas que as da indústria. Processo que atravessou milênios, mudando a face da vida, pela construção das civilizações complexas.

A articulação social que vai sendo tecida por sua dialética imanente vai gerar a verdadeira “grande transformação”, que acabou relegada à imaginação histórico-antropológica, por falta de registros escritos. Mas sua importância pode ser entendida como decisiva. O fato de seu dramático alcance não ter sido bem percebido por tantos estudiosos

modernos não elimina sua importância, especialmente quando se estuda a alteração no estatuto social da mulher.

Vejamos um pequeno exemplo desse descuido. Quando se diz que a prostituição é a “primeira profissão do mundo”, o que se está revelando com essa falsidade retumbante é a mais completa ignorância a respeito das consequências desse imenso processo transformador. Ignora-se que a organização do patriarcalismo, com suas formas de organização do poder, monopólio das reservas de trabalho e consequente submissão da mulher, foi a verdadeira origem da prostituição feminina.

Essa particular forma de venda do sexo era completamente inexistente nas aldeias paleolíticas. Nem havia como. Surgindo com as cidades, com o patriciado, a legitimação do poder masculino e as guerras de devastação, a “prostituta” tornou-se um fenômeno social historicamente tardio. Está longe, milhares de anos longe, de ser a “primeira profissão do mundo”, privilégio que deve ser reservado à caça, à coleta, ao xamanismo, ao protocomércio primitivo e às necessidades ulteriores de especialização artesanal, além dos cuidados terapêuticos e da guerra tribal.

Como sua origem é urbana, nas pequenas e simples comunidades rurais, a prostituição é inexistente. Isto é, foi inexistente em milênios de vida organizada!

No mundo urbano, é curioso notar que essas mulheres recebem, comumente, o nome de “vadias”, como adjetivação depreciativa, quando, no fundo, a ofensa retrata uma realidade. Alijadas da esfera do trabalho produtivo, são, tecnicamente falando, “vadias”. Omite-se o fato gerador: o monopólio das fontes de trabalho pelo homem.

Da mesma forma, omite-se a opressão do campesinato desarmado ante a fúria sádica dos guerreiros vencedores, gerando viúvas e órfãs aos milhares, sem posse da terra, fazendo-as sobreviver negociando, nas cidades, o único bem que o patriciado guerreiro, o poder do templo ou do comércio desejavam dela. Decorre igualmente de mulheres tentando escapar de sua sorte pela migração. Nesse caso, passam a perambular, famintas, em regiões e cidades nas quais não podiam sequer comunicar-se por desconhecerem o idioma.¹³

Entre a miséria e a morte, sem trabalho e sem formas de apoio, faltava-lhes qualquer alternativa. Se fossem jovens e atraentes, prostituíam-se. Se fossem defeituosas, idosas ou mal compostas, simplesmente morriam de fome, doença e descaso.

Afirmar, portanto, que se trata da primeira profissão do mundo é revelar a ignorância gigantesca do misógino indiferente, tipo que desconhece de modo completo elementos básicos da história da humanidade. A prostituição feminina resume dramática transição de valores e da importância dos papéis sociais da mulher.

VI

Politeísmo e Monoteísmo

O que se pode dizer sobre o processo de degradação social da mulher é não ter sido rápido. Valores que legitimaram comportamentos e ações do passado pré-letrado perduraram nos tempos do patriciado dominante. Já fizemos anteriormente referência a esse fato. Podemos reforçá-lo agora. Estudos sobre a cultura matrifocal minoana, bem como a de regiões da antiga Gália, povoada pelos celtas primitivos, mesmo a que vai se formando na Grécia clássica e nas planícies da

Suméria, a despeito de toda a misoginia nascente, revelam a mulher ainda em certa posição de destaque. E estamos falando de sociedades, especialmente as gregas e sumerianas, que passaram a ser conhecidas pela historiografia moderna depois de, pelo menos, cerca de seis mil anos de vida sedentária e economia agrária e comercial. Tinham algo em comum: eram todas politeístas.

O princípio feminino estava tão bem fixado na consciência coletiva dessas culturas existentes, que continuou sobrevivendo e reconhecido, mesmo em meio à turbulência dos guerreiros. O culto antigo de deusas poderosas, como Innana, Ísis, Deméter e Vênus, tem sua contraparte em outras culturas.

A posição da mulher na sociedade politeísta, tanto na cultura sumeriana, quanto na egeia, celta, egípcia e fenícia, embora já sofrendo de interditos e limitações, ainda estava bem longe do ponto a que foi relegada no Ocidente monoteísta.

Foi com o monoteísmo, como veremos pouco mais adiante, que a posição da mulher chegou a seu ponto mais delicado de desprezo social, legitimado pela religião. Tornou-se desconfortável ser mulher em sociedades que admitiam ser ela a fonte do pecado, exemplo de animalidade irremediável, sendo sua inferioridade entendida como “normal”. Daí, as leis, os costumes e as recomendações para enclausurá-la, com o objetivo meio cínico de protegê-la.

Pelo estudo da Grécia clássica, é possível entrever esboços reais dessa verdade. Na abundância de textos épicos, vasos, cálices, estátuas, canções e poemas existentes, nas práticas sagradas de seus cultos, é possível ver como o patriarcalismo dominante não eliminava, nessa cultura politeísta, a reverência ao princípio feminino, que se cultuava nesse universo de tantas deusas poderosas. Os mistérios délficos e,

principalmente, no chamado caminho de Elêusis, com suas crenças ligadas ao culto das orgias de Dionísio, a mulher merecia lugar de destaque, e sua liberdade sexual estava, de certa forma, prescrita pelos rituais sagrados.

Sabemos que o culto é prática ritual, cujo objetivo é estabelecer a comunicação mística com o divino, enquanto o mito é uma verdade aceita em forma de mistério alegórico, para revelar a ação da natureza ou a função da divindade. Na Grécia clássica, as purgações psicológicas realizadas no mais famoso de seus templos, o de Elêusis, tinham nas sacerdotisas, na mulher reverenciada, as figuras capazes da intermediação entre o mundo dos homens e o dos deuses. Reservava-se à mulher o monopólio da comunicação com o divino. Se deviam ser virgens essas sacerdotisas, no costume já aceito de se vincular “virginidade feminina” com “pureza”, não se rejeitavam práticas orgiásticas ligadas ao culto da deusa, onde o sexo não sofria interditos.

Mencionar a Grécia é importante, porque falamos de nossa herança ocidental. Para nosso objetivo, o importante a notar é que, mesmo com o domínio do princípio masculino nessa cultura sofisticada, havia forte matização, devido aos cultos politeístas aqui referidos.

O “machismo” já era um fato, como em toda sociedade patriarcal, mas apresentava muitas brechas, por onde se infiltravam o valor da mulher e o respeito por ela. Exemplo desse machismo, sem dúvida dominante, pode-se ver na *Iliada*. Nesse épico famoso, temos nos tipos de Menelau, Ulisses, Aquiles ou Agamenon, assim como no do troiano Príamo, exemplos de uma relação especial com as mulheres que podem ser entendidos como de sujeição feminina e de glorificação do macho protetor.

O rompimento de Aquiles com Agamenon deu-se pela posse de uma sacerdotisa troiana, Briseida, que ambos desejavam ter como

concubina. Homero jamais questionou sobre o que pensava Briseida a respeito do assunto. Ninguém se importava com o sentimento das mulheres. O direito do guerreiro vencedor legitimava manter as mulheres conquistadas como servas sexuais. Príamo tinha filhos com várias concubinas, além dos que tinha com sua mulher oficial, Hécuba, mãe dos príncipes Heitor e Páris. Tudo perfeitamente legítimo, aceito por Hécuba, como também era aceito por Penélope que seu marido, Ulisses, a deixasse por vinte anos, para se envolver em aventuras guerreiras, sexuais e exploratórias.

Mesmo um filósofo como Sócrates, casado com Xantipa, passava seus dias fora de casa, nos *gimnasia*, esticando-os pelas noites ociosas de Atenas. Tinha uma concubina estável, chamada Mirto.¹⁴

Nessa Grécia tão politicamente progressista e culturalmente ilustrada, sem o casamento ou outras formas de proteção masculina, a mulher, como praticamente em todos os outros lugares, teria de encontrar seus meios de subsistência, basicamente e sob diversas formas, algumas atenuadas, na venda do sexo. E mesmo o casamento sem o “dote” era bem difícil.

A exceção era Esparta, onde a prostituição inexistia. Mesmo nesse caso raro, as mulheres casavam por decisões de família, não participavam da dinâmica política, do comércio, nem tinham qualquer participação nas decisões que, eventualmente, levavam às guerras.

De modo geral, esses povos egeus não se furtavam em dividi-las em categorias. E tratá-las de acordo.

Não obstante, um fato deve ser destacado: por serem sociedades religiosamente politeístas, a tolerância era maior. Havia certo espaço aceito para a ação das mulheres, tanto nas práticas religiosas

específicas quanto em certas atividades sociais. As esposas legítimas, consagradas pelo ritual do casamento, muitas vezes conviviam com as concubinas agregadas. Por sua vez, havia o segmento das hetairas sofisticadas, cujo *status* social nada tinha de inferior. Mesmo o enorme contingente das prostitutas de rua, fenômeno comum na vida das cidades, como vemos na decoração dos vasos gregos, especialmente os da cerâmica vermelha, tinham tratamento próprio, é certo, mas não necessariamente brutal.

Não contamos as escravas, peças à disposição do desejo sexual de seus donos.

O que se pode dizer, ante as evidências, é que, nessa cultura misógina e patriarca, havia umas poucas brechas para a ação das mulheres. Elas logravam conquistar certos espaços para suas atividades e ações, já que não sofriam da acusação metafísica de serem as fontes do pecado. O conceito de pecado, na verdade, com sua conotação de implacável desvio sexual, não existia nessa cultura.

Exemplo específico é o caso, anteriormente referido, das hetairas. Essa categoria de mulheres era singular. Cultas e refinadas, educadas desde a adolescência em locais específicos, na música e na poesia, na religião das deusas e nas artes do amor, tornaram-se centros da vida cultural e política de muitas cidades gregas. Se é certo que tudo faziam para bem servir aos homens, para serem objeto do prazer dos poderosos, é igualmente correto estar incluído em suas formas de vida um espaço valioso de liberdade e respeito. Muitas delas levavam vidas suntuosas de luxo e esplendor, financeiramente independentes, em situação muitíssimo superior à das reclusas senhoras casadas. É só ver os famosos “banquetes” imortalizados por Platão, nos quais as hetairas tinham papel de relevo, não apenas como objetos de prazer, senão também como participantes das discussões e dos concertos de música e poesia.

Houve muitas hetairas famosas e poderosas, como Frineia, amante de Praxíteles e do pintor Apeles, modelo para suas reproduções de deusas, especialmente de Afrodite. Sua inteligência foi objeto de culto, e sua cultura era invejada e apreciada. Aliada a um físico jovem, de beleza estonteante, fez seu nome ser reverenciado, sua figura respeitada, fixando-se como grande dama na memória dos tempos. Frineia passou para a história. Rompeu a barreira do anonimato coletivo.

Não é exemplo isolado. Se foram todas altamente respeitadas, muitas também se tornaram influentes, ricas, com grande autonomia de ações e amplo espaço para decisões pessoais na vida social ateniense. Outra hetaira, historicamente imortalizada, foi Aspásia, migrante de Mileto, sua cidade natal, que acabou, por sua arte e talento, ao lado de Péricles, participando decisivamente da vida política de Atenas. Houve outras, como Taís, amante de Alexandre, Teoris e Arquipa, amante de Sófocles, Pitiônica, que acabou seus dias como rainha da Babilônia.¹⁵

Por outro lado, os episódios de Safo e de seus cultos, na isolada ilha de Samos, por exemplo, mostram que as mulheres gregas de alta estirpe podiam deixar seus lares e viajar por dias, sozinhas, para se reunir sem homens, em busca de experiências existenciais na literatura, nos cultos e na poesia. Tinham certa liberdade de movimentos. Podiam organizar alguns rituais, como os de Dionísio, especialmente coordenados por mulheres. Lembremos que Olímpia, mãe de Alexandre, era grande sacerdotisa nos cultos de Dionísio, cultos sustentados na antiga ligação da mulher com os segredos cósmicos e com certa dose de liberdade sexual. Eram ressonâncias da grande deusa do Neolítico.

Foi com a fixação das grandes religiões monoteístas que os espaços se reduziram de forma ostensiva. E a dependência aumentou. As mulheres acabaram identificadas como fonte do “pecado”. E o “pecado”

tinha sua origem na atração sexual. Assim, decorria ser atribuído à mulher o privilégio negativo de ser a recipiente dessa dádiva divina: a animalidade essencial que levava à perdição do inocente, isto é, do Homem! Sua inferiorização social acabou decorrente de toda essa forma de ver e conceber a ordem divina.

Um dos paradoxos da chamada “banalidade do mal” é que os criminosos, os que cometem crimes pequenos e individualizados, não são os responsáveis pelos grandes desastres humanos. Quem sustenta o inferno na história da vida são os puros, os crentes, os virtuosos, os defensores intransigentes da verdade que se tenta impor, justificando o genocídio na luta impositiva.

Manter a mulher em posição de inferioridade, fenômeno que só agora está sendo paulatinamente corrigido, é um derivado dessa busca obsessiva de pureza e salvação.

Desde o Velho Testamento dos hebreus, primeira religião monoteísta, já se percebia a mulher como uma das fontes desse fenômeno, o “pecado”. Surgia como conceito novo, das páginas e dos sermões monoteístas. Não era conhecido nem podia ser aceito pelas religiões politeístas, muito menos pelos cultos da natureza. O monoteísmo tinha rigores diferentes. Entre suas várias deformações está o também milenarmente ignorado fenômeno da “heresia”. Mas o mais forte e imponente dos radicalismos monoteístas, sem dúvida alguma, era de origem sexual.

Seguindo sua rota axiológica, podemos acompanhar a dialética da sociologia da repressão e as desgraças que a acompanharam, quando a palavra “mulher” passou a sintetizar posição de valor, ligada ao sexo como expressão de desprezível necessidade animal.

Animalidade é morte, só o espírito é eterno. Escapar da vertigem sexual é escapar da morte, portanto, abrir o caminho para a vida eterna. Origen, um dos primeiros padres latinos do cristianismo, chegou a se automutilar, castrando-se, para escapar do “pecado sexual”. Jerônimo, outro santo cristão dos primeiros tempos, era um tipo impositivo, iracundo e terrível. Sua fúria na condenação do pecado sexual tornou-se conhecida. Seu culto à virgem passou a ser um dado essencial do cristianismo, a ponto de se legitimar a virgindade da mãe de Jesus poucos séculos adiante. Esse tipo de reação tornou-se o núcleo de valores aceitos por outras religiões monoteístas, fundadas nos conceitos do Velho Testamento, como o islamismo.

A fuga da condição ontológica que nos prende ao corpo, portanto, tem sentido metafísico, na busca da esperada salvação e consequente conquista de uma forma qualquer de eternidade.

O fenômeno jamais foi cogitado pela mente pré-monoteísta. Nela, como na Grécia clássica, o sexo era uma forma de nutrir o imaginário, estimulado pelo encontro, maneira fecunda de nos livrar, não do fardo da vida, mas, como nos diz Kundera, de seu vazio. No medo de pecar e na solidão do atormentado, nutre-se esse vazio na “insustentável leveza do ser”.

Tratar o sexo como fonte do “pecado” consolidou a visão degradante da mulher, vista como a Eva tentadora, responsável pelos desvios animais da humanidade, ao seduzir o “inocente” Adão no paraíso original.¹⁶

Em outras culturas monoteístas, seu corpo teve de ser protegido do olhar masculino, envolvido em vestes negras, o rosto enclausurado na burca, fixando-se a mulher como a grande prisioneira da vida, com o objetivo de não desviar o puríssimo e inocente homem em sua caminhada de salvação.

Pode-se dizer que a figura de Hipácia, a jovem e bela professora de filosofia grega da cidade de Alexandria, no início do século V, e seu destino trágico, trucidada que foi por bandos de fanáticos cristãos, inspirados pelo padre da Igreja, o patriarca Cirilo, é o marco divisório entre o fim desse relativo espaço de liberdade que as mulheres da classe alta ainda desfrutavam, no período clássico, e o início do que Petrarca veio a chamar de Idade das Trevas. Logo adiante, com a fixação do islamismo, o fenômeno se espalhou pelo mundo não cristão.¹⁷

Podemos concluir com a afirmação de que o monoteísmo só fez consolidar pré-conceito firmado há cerca de seis ou sete mil anos, o da superioridade masculina em função do monopólio do trabalho na economia urbana e do correlato instituto legal do direito à propriedade privada. Esse direito legitimou a inferioridade feminina, a ponto de a mulher ser tratada pelos códigos legais, até recentemente, como “relativamente incapaz”. Sem direito a voto, como a criança, como o índio tribal.

Ao sacralizá-lo, a sociedade patriarcal monoteísta sepultou a antiga visão de mundo, cujo nutriente era o sentido de harmonia e cooperação, mediante um processo de divisão do trabalho social que não admitia nenhum tipo de dominação. O novo ideário acabou incorporado aos valores. Ensinado desde o berço, foi, paradoxalmente, absorvido pela própria psicologia feminina. A mulher não só aceitou como também passou a ser a principal agente da misoginia, consolidando a perspectiva aceita, de fragilidade e de dependência necessária.

Parece bem difícil aceitar a complementaridade dos sexos, com seus direitos e deveres próprios, a ponto de setores mais radicais do movimento feminista moderno defenderem, na verdade, a masculinização social e sexual da mulher, agindo como homens, num processo

de mimetismo biologicamente impossível, revelando como, até no protesto, a mulher parece não ter se livrado ainda do complexo de inferioridade a ela imposto por milênios de misoginia implacável.

A pretendida liberdade total tem levado a abusos, desrespeitos e violências infames por parte de cafajestes machistas irremediáveis e, principalmente, ao flagelo social da mãe solteira. Afinal, ainda não se inventou a gestação do filho por parte do homem. O infante será responsabilidade exclusiva da mãe. E, se o homem é, como muitos o são, um egoísta irresponsável, é à mulher sozinha que compete os custos e as dores de sua criação.

Por tudo isso, a noção de complementaridade que os paleolíticos nos legaram deve, com bons resultados sociais, ser absorvida pelos modernos clientes do computador e da bolsa de valores.

A situação criada pela história das civilizações tenta ser refeita na reação feminista liderada pelo Ocidente, desde fins do século XIX. A psicologia mística de Jung, com seu complicado conceito de *animus* e *anima*, estimula-nos a entender como, em nossa diferença, somos todos iguais, formados dos mesmos princípios básicos na estruturação do Ser.

Meu comentário é não parecer suficiente explicar um fenômeno complexo por mera redução psicológica. A união, o pleroma humano, é fato sociologicamente impositivo. Sua origem, procuramos mostrar, é tanto antropológica quanto físico-biológica. O equilíbrio psicológico da humanidade sustenta-se da complementação de formas e funções, não da dominação ou de qualquer elenco de imposições.

A articulação das gerações e a sociedade que as protege e abriga dependem desse tipo de harmonia, por ser esse fenômeno, esquecido por tantos séculos, a base de nossa circunstância existencial. Não pode

haver preservação e continuidade da vida, sem que haja a comunhão dos sexos, biológica, sociológica e psicologicamente realizada. Um depende do outro, ajusta-se ao outro, completa o outro. Portanto, é pela união física e espiritual desses dois segmentos, envolvidos reciprocamente na sua unidade final, que se definem as linhas de sustentação da espécie.

Daí, o protesto com que encerro este pequeno texto. É imperativo entender o fato elementar de não haver “sexos opostos”. Essa adjetivação “beligerante” é decorrente de toda a série de deformações havidas no processo de diminuição do papel da mulher. O que há, e sempre haverá, são sexos complementares.

Notas

1 A formação da consciência da vida e da morte é fenômeno inusitado no reino animal. O homem se fez homem porque sua espécie logrou preparar, em centenas de milhares de anos, a gradual transformação do cérebro do qual surgiu o mistério da “mente”, além das alterações na anatomia das mãos e no sistema nervoso. Todo esse conjunto, uma vez consolidado, veio a caracterizar o rompimento biológico que gerou a nova forma de vida inteligente. A nova forma de inteligência, com o dinamismo de um aprendizado que se autoenriquece, foi sua característica fundamental. O tema pertence à paleontologia, muito bem ajudada pela biologia. Os avanços logrados por essas duas ciências colaboraram, de modo decisivo, para a formação da antropologia filosófica. Não mais se discute no mundo moderno, pelo menos entre os mais aquinhoados de sensatez e conhecimentos básicos, ter havido uma era prévia ao surgimento da espécie *homo*.

A origem dessa era recua a milhões de anos, como decorrência de processos evolutivos ainda mais primários, surgidos, ao que tudo indica, no Cambriano. A partir do surgimento da vida, foram sendo criadas condições que prepararam sua imensa multiplicação. Entre suas formas, estava a que veio a evoluir para o *homo*. Para chegar a esse ponto, foram milhões de anos. Finalmente, o homínido toma forma e dele, a partir da postura ereta da nova espécie e a modificação do uso hábil das mãos, foram surgindo as ampliações necessárias à diversificação das funções cerebrais.

“O homem tem de existir primeiro como substrato corporal, antes de poder agir como sujeito, refletir sobre si mesmo como objeto e tornar-se ativo no plano cultural.” Ver O. H. Schindwolf, “Filogênese e Antropologia na Perspectiva da Paleontologia”, v. I, “Antropologia Filosófica”, organizada por Gadamer e Vogler, São Paulo: Edusp, 1977. p. 213.

2 HOBBS, Thomas. *Leviatã*. México: Fondo de Cultura Económica, 1940. p. 103.

3 ELIADE, Mircea. *A history of religious ideas*. v. 1. California: University of Chicago Press, 1978, p. 13.

4 LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Vozes: Petrópolis, 1982. p. 41, diz-nos este sábio francês, e o cito textualmente: “(...) o homem do Neandertal, com seu provável conhecimento da linguagem, suas indústrias líticas e ritos funerários, não pode mais ser considerado como vivendo no estado da natureza”.

5 Ver o bom livro de RADIN, Paul. *Primitive man as philosopher*. New York: Dover Publications, 1957. O autor defende a tese, para

nós evidente, ante os fatos comentados sobre Lévi-Strauss, de ser o chamado “homem primitivo” dotado de capacidade para pensar metafisicamente. Ver p. 97-226.

6 A curiosidade moderna parece haver despertado para o homem de Neandertal. É grande a ebulição das pesquisas nesse sentido. Graças às facilidades da internet, é possível ver, entre tantas obras, o bom trabalho “The Reputed fossil man of the Neanderthal”, na *Quarterly Review of Science*. v. 6, p. 88-97; útil é o texto de TRINKAUS, E.; SHIPMAN, P. *Les Hommes de Neanderthal*. France: Seuil, 1996. De lá para cá, houve verdadeira enxurrada de trabalhos sobre o tema. Nesses estudos, fica evidente que os neandertalenses, para desenvolver os instrumentos relativamente avançados do período chamado de Musteriense, além dos ritos funerários, possuíam nível de conhecimento que revela uma cultura complexa.

7 Sobre matriarcado, qualquer boa história da sociologia comenta a obra de Bachofen, *Das Mutterrecht*, editado originalmente pela Basel Ed. Na mesma linha, é válido consultar os estudos de Maine e McLennan, *Ancient Law*, publicado em 1861, e *Primitive Marriage*, que saiu pouco depois, em 1865. Para o interessado não especializado, breve consulta ao texto elementar “Manuel de Sociologie”, de Armand Cuvillier, v. 2, Press Univ. de France, especialmente as páginas 552, 569, 578 e 579 ajudam bastante a esclarecer o assunto.

8 Evelyn Reeds, no seu *Women's Evolution*. New York, 1979. p. 105, estima entre 60% e 80% a oferta de alimento decorrente da coleta.

9 Sobre massoterapia, ver o artigo de Kathleen Alexander-Berghorn, “Isis: the Goddess as Healer”, em *The Feminine Principle Today; The Goddess Re-Awakening*, org. por Shirley Nicholson. Wheaton, Illinois: Quest Book, 1989. p. 91-93;

10 Sobre os festivais da *Hiera Porneia*, ver a referência em Vrissimtzis, Nikos A. *Amor, sexo e casamento na Grécia Antiga*. Odysseus: São Paulo, 2002. p. 91-92. O glossário, na p. 123, dá maiores explicações.

11 Ver o artigo de Riane Eisler, “Reclaiming our Goddess Heritage”, em *The Feminine Principle*, op. cit. p 27-39. A autora refere-se a um importante trabalho de J. Meillaart sobre Çatal Huyuk, no qual se refere ao alto *status* das mulheres. O mesmo em Creta, Chipre e outras regiões. No Egito uma mulher, Hatshepsut, chegou a faraó, em pleno final do século XIII a.C. Logo depois dela, sobe ao trono Aknathon, cuja mulher, Nefertite, teve enorme poder, era reverenciada por seus dotes e passou para a história, como exemplo de beleza, sabedoria e personalidade.

12 Ver POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

13 É possível ver alguns detalhes de hetairas famosas na obra acima referida de Vrissimtzis, p. 93-99

14 Sobre a vida e a tragédia de Hypatia, ver Hypatia of Alexandria, de DZIESKAS, Maria. *Hypatia of Alexandria*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1995. Especialmente p. 66 em diante.

Palestra pronunciada em 10 de março de 2015